

## Clipping

### 03 e 04/05/2008

TJ-MT apura pagamento de R\$ 1,5 milhão a desembargador e a juízes.....	1
Nova diretoria da Amatra toma posse nesta segunda em São Paulo.....	1
Rosane de Oliveira - ALIÁS .....	2
Preso em SC suspeito de matar oficial de Justiça.....	3
Mudanças facilitam contagem de tempo para aposentadoria .....	3
Piso regional pode ser definido na segunda.....	4
Homenagem no Fórum .....	5
Ingresso e vaga questionados .....	5
Ações e decisões judiciais sobre cotas na Ufrgs.....	5
Entidades reivindicam apoio para categoria.....	6
Sindisaúde realiza hoje sua Festa do Trabalhador.....	6
MARCIO POCHMANN Outro padrão civilizatório precisa ser constituído, o ser humano e o ambiente não podem ficar em 2º plano.....	7
'Dinheiro fácil' do BNDES financia grandes grupos empresariais. Entrevista com Cláudio Haddad .....	8
Investment grade. Uma maçã envenenada. Artigo de Cesar Benjamin.....	9
Projeto cria seguro obrigatório para direitos trabalhistas .....	10
O desafio olímpico .....	10
Planalto e centrais negociam Previdência .....	11
Como será o pagamento da Lei Britto no Estado .....	12
Empresários reagem a redução de horas.....	13
Assassinato retoma discussão.....	13
EUA cortam menos postos de trabalho que o previsto.....	14
INSS facilita a contagem de tempo para a aposentadoria .....	15
Tucano cobra projeto sobre imposto sindical.....	15

#### [TJ-MT apura pagamento de R\\$ 1,5 milhão a desembargador e a juízes](#)

Investigação aponta suspeita de enriquecimento ilícito de magistrados no TJ-MT (Tribunal de Justiça de Mato Grosso), a partir do uso de verbas públicas para uma “operação de socorro” destinada a restituir R\$ 1.477.872,79 em depósitos feitos por 160 maçons da Grande Oriente de Mato Grosso. De acordo com a Folha de S.Paulo, a corregedoria diz que a operação foi concretizada com pagamento de verbas indevidas a um desembargador e a dois juízes maçons (Ferreira Leite e Marcelo de Souza Barros e Marco Aurélio Ferreira). A investigação foi enviada ao STJ. ULTIMA INSTANCIA

#### [Nova diretoria da Amatra toma posse nesta segunda em São Paulo](#)

Na próxima segunda-feira (5/4), toma posse a nova diretoria da Amatra (Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho) da 2ª Região (SP), em cerimônia, no TRT (Tribunal Regional do Trabalho).

A Amatra-SP congrega os juízes da Grande São Paulo e da Baixada Santista, e terá à frente Sonia Maria Lacerda como presidente no biênio 2008/2010.

A nova direção foi escolhida no dia 12 de março, em eleição realizada na sede da entidade. A chapa União e Força venceu a adversária, Participação Democrática, por 223 votos a 195.

Composição da diretoria executiva:

Presidente: Sonia Maria Lacerda  
Vice-presidente: Thiago Melosi Sória  
Diretora Secretária: Líbia da Graça Pires  
Diretor Financeiro: Roni Genicolo Garcia  
Diretor Cultural: Gézio Duarte Medrado  
Diretora de Benefícios: Maria Cristina Christianini Trentini  
Diretora Social: Liane Casarim Schramm  
Comissão Disciplinar e de Prerrogativas:  
Titulares  
Luiz Carlos Gomes Godoi  
Ricardo de Queiroz Telles Bellio  
Lígia do Carmo Motta  
Suplentes  
Jucirema Maria Godinho Gonçalves  
José Bruno Wagner Filho  
Antônio Pimenta Gonçalves  
Conselho Fiscal:  
Titulares  
Rogério Moreno de Oliveira  
Luis Paulo Pasotti Valente  
Rubens Tavares Aidar  
Suplentes  
Mauro Schiavi  
Elza Maria Leite Romeu Basile  
Maria Aparecida Norce Furtado  
ULTIM A INSTANCIA

### [Rosane de Oliveira - ALIÁS](#)

Quando entrar em vigor o subsídio aprovado pela Assembléia, o comprometimento da receita com pessoal no Judiciário e no Ministério Público vai aumentar.

TJ de Mato Grosso apura desvio de R\$ 1,5 milhão a juízes  
Dinheiro teria coberto rombo em cooperativa ligada à maçonaria  
Relatório de investigação criminal da corregedoria do Tribunal de Justiça (TJ) do Mato Grosso aponta "sérios indícios" de que os cofres do Judiciário foram utilizados para "enriquecimento ilícito" de magistrados e para cobrir o rombo provocado pela quebra de uma cooperativa de crédito ligada à maçonaria no Estado.

De acordo com a investigação, verbas públicas foram usadas em uma "operação de socorro" destinada a restituir R\$ 1.477.872,79 em depósitos feitos por 160 maçons da Grande Oriente de Mato Grosso - entidade máxima da maçonaria no Estado - na Cooperativa de Crédito Rural do Pantanal, fechada pelo Banco Central em novembro de 2004.

A operação se desenrolou, segundo a corregedoria, entre dezembro de 2004 e fevereiro de 2005 e foi concretizada, em parte, por meio do pagamento de verbas indevidas a um desembargador e a dois juízes, todos maçons, integrantes ou ligados à cúpula do TJ entre os anos de 2003 e 2005.

No mesmo período, outros cinco juízes receberam créditos em atraso a que tinham direito. O relatório sustenta que a maior parte desses valores foi repassada à maçonaria. Na ocasião da suposta operação, o presidente e ordenador de despesas do TJ era José Ferreira Leite, grão-mestre da maçonaria. Em janeiro de 2005, ele recebeu R\$ 314 mil -

que, conforme o relatório, eram indevidos.

No mesmo mês, diz a apuração, receberam créditos irregulares os juízes Marcelo de Souza Barros (R\$ 255.306) e Marco Aurélio Ferreira (R\$ 134.333). Créditos regulares foram repassados aos juízes Antônio Horácio da Silva Neto (R\$ 82.760) e Irênio Lima Fernandes (R\$ 150.537). Barros, Silva Neto e Fernandes tinham cargos na maçonaria. A investigação foi enviada ao Superior Tribunal de Justiça. ZERO HORA

### [Preso em SC suspeito de matar oficial de Justiça](#)

Servidor foi assassinado na noite de quarta-feira quando tentava entregar intimação a um adolescente

Menos de 48 horas após o assassinato do oficial de Justiça Juarez Preto, 47 anos, em Caxias do Sul, a Polícia Civil identificou e prendeu o suspeito do crime.

Roberto da Conceição Araújo, o Robertinho, 20 anos, foi detido no final da tarde de ontem na praia Rosa do Mar, no município de Passo de Torres (SC).

Apesar de negar o crime, testemunhas o apontam como o autor do tiro que matou o servidor público em um bar, no bairro Santa Fé, em Caxias. O rapaz teve a prisão temporária de 30 dias decretada pela Justiça.

Juarez Preto foi ao estabelecimento naquela noite para entregar uma intimação a um adolescente. Conforme apurou a polícia, Araújo estava no local e reconheceu o oficial de outras ocorrências. De acordo com o delegado Marcelo Grolli, que comandou as investigações, o rapaz teria atirado sem motivo. Uma das hipóteses é de que o rapaz teria sido apreendido diversas vezes pela vítima quando era menor infrator e decidiu revidar.

- Ele teria dito ao oficial: Tu lembra de mim? Em seguida, efetuou o disparo no pescoço da vítima - disse Grolli.

Quando polícia chegou, rapaz não reagiu

Na quinta-feira, havia a hipótese de o rapaz ter fugido de moto do local do crime. Mas Araújo teria ficado no bairro e observado perto dali a movimentação da polícia em frente ao bar. O rapaz decidiu fugir de Caxias na noite de quinta-feira. Segundo a polícia, ele roubou um Gol e saiu da cidade na companhia da namorada e de três adolescentes. O grupo se escondeu em uma casa do Litoral, pertencente ao pai da garota.

O suspeito vinha sendo monitorado. Uma força-tarefa reunindo delegados e agentes de quatro delegacias ouviram diversas pessoas e passaram a refazer os últimos passos da vítima e do suposto autor do homicídio. Na manhã de ontem, os policiais detiveram o adolescente que Preto iria intimar no Santa Fé, mas a participação dele no crime não se confirmou.

Quando os policiais chegaram a Passo de Torres, às 18h de ontem, Araújo estava sentado em um sofá e não reagiu. Em um quarto, os agentes encontraram dois revólveres calibres 22 e 38. Possivelmente, uma das armas teria sido usada na execução. O suspeito afirmou ao jornal Pioneiro nunca ter falado com o oficial e negou ter estado no bar na noite de quarta-feira. O jovem chegou a Caxias às 22h e foi encaminhado ao presídio. Provavelmente, será interrogado hoje.

Araújo estava em liberdade provisória desde julho de 2007. Ele foi indiciado por três roubos pela Defrec, mas não tinha sentença definida na Justiça ZERO HORA

### [Mudanças facilitam contagem de tempo para aposentadoria](#)

INSS altera regras para reduzir número de processos na Justiça

O pedido de aposentadoria deve ficar menos penoso para os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A instrução normativa 27, publicada ontem no Diário Oficial da União, estabelece mudanças nos critérios para concessão da aposentadoria, como reconhecimento de trabalho aprendiz e de férias e auxílio-doença durante o período de trabalho especial (com agentes nocivos).

A instrução normativa 27 funciona como uma espécie de manual de orientação, que o servidor consulta se tiver dúvidas sobre a concessão de um benefício.

Quem foi aprendiz, entre 14 anos e 24 anos de idade, poderá usar o período de aprendizado profissional, anterior a 16 de dezembro de 1998, como tempo de contribuição.

No Supremo Tribunal Federal (STF), o INSS já havia perdido recursos de decisões em favor de segurados que pediam o reconhecimento do trabalho como aprendiz.

Parentes vão receber saldo residual do benefício

Foram feitas mudanças também nas regras para a contagem de tempo especial de contribuição. Pessoas que trabalharam em condições insalubres podem incluir as férias e a licença-maternidade como período especial (que tem peso maior na contagem) no cálculo da aposentadoria.

O instituto passa a reconhecer, também para os segurados que trabalharam em condições especiais, que os períodos de recebimento de auxílio-doença sejam contados como especial, mesmo se a pessoa passou todo esse tempo longe do trabalho.

De acordo com o Ministério da Previdência, o objetivo das alterações é reduzir o volume de processos contra o INSS. Por mês, são protocolados, em média, 130 mil ações contra o INSS na Justiça Federal.

Outra mudança é a validade das sentenças trabalhistas como prova de tempo de contribuição - para um período de até cinco anos antes da data da sentença e com a comprovação de que o empregador fez as contribuições para a Previdência Social.

A Previdência vai reconhecer também a concessão de pensão para ex-mulher e o pagamento do saldo residual do benefício para parentes, após a morte da pensionista.

São Paulo

Algumas mudanças

- O segurado que foi aprendiz poderá usar o período de aprendizado profissional, anterior a 16 de dezembro de 1998, como tempo de contribuição. O INSS fixou a faixa de idade, entre 14 anos e 24 anos, para o reconhecimento da atividade de trabalhador aprendiz na aposentadoria

- Quem trabalhou em condições insalubres pode incluir as férias e a licença-maternidade como período especial (que tem peso maior na contagem) no cálculo de aposentadoria.

- Sentenças trabalhistas poderão ser usadas como prova de tempo de contribuição - para um período de até cinco anos antes da data da sentença trabalhista e com a comprovação de que o empregador fez as contribuições para a Previdência Social.

### [Piso regional pode ser definido na segunda](#)

Na segunda-feira, às 10h, o chefe da Casa Civil do governo gaúcho, César Busatto, recebe representantes das centrais sindicais para discutir o reajuste do salário mínimo regional. Para a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o valor deveria ter aumento de 23,47%, mas a entidade admite negociar o reajuste por 12%.

Depois do encontro com as centrais sindicais, Busatto deve encaminhar o índice de reajuste para aprovação da governadora Yeda Crusius e, caso seja aprovado, o texto será encaminhado para a Assembléia Legislativa.

Os valores atuais variam em quatro faixas que oscilam de R\$ 430,23 a R\$ 468,28,

dependendo do segmento econômico do trabalhador.

Em reuniões anteriores para discutir o reajuste, representantes de empresários pediram a extinção da lei. O reajuste no salário regional no ano passado foi de 5,98% ZERO HORA

### Homenagem no Fórum

Durante 10 minutos na tarde de ontem, colegas do oficial de Justiça Juarez Preto paralisaram as atividades para homenageá-lo, em Caxias do Sul. O ato ocorreu em frente ao prédio do Fórum, no bairro Panazzolo, por volta das 13h30min. Foram lidas mensagens pedindo justiça pelo crime e lembrando a vida profissional do servidor, que atuava desde 1993 na cidade da Serra. Os amigos também enfatizaram a violência sem motivo aparente, pois o oficial morreu no cumprimento do dever. Em um dos momentos mais emocionantes, as pessoas se deram as mãos e rezaram em memória ao oficial. Juarez era casado, mas não tinha filhos. ZERO HORA

### Ingresso e vaga questionados

Os desdobramentos da instalação do programa de ações afirmativas na Ufrgs, que a partir do vestibular de 2008 estabeleceu a reserva de cotas a egressos do Ensino público, terão prosseguimento nos próximos dias. O escritório de advocacia que representa 52 estudantes que se sentiram prejudicados pelas cotas vai apresentar um levantamento onde constam informações a respeito de cotistas de vários cursos.

O Orkut foi utilizado como ferramenta para saber mais sobre os novos universitários, indicando que existem casos em que os cotistas teriam situação financeira bastante confortável. Agora, os advogados aguardam que a Ufrgs forneça mais informes, como históricos escolares. O prazo para envio dos documentos encerra na 1ª quinzena de maio. 'Temos alunos que ingressaram na universidade beneficiando-se do sistema de cotas, mas residem em bairros como a Bela Vista. Há um caso em que o cotista é funcionário público municipal e já possui duas pós-graduações', exemplifica a advogada Marise Gomes Siqueira. Ela destaca que dos 52 vestibulandos que ingressaram com medidas judiciais para garantir seu ingresso nos cursos pretendidos, 15 têm matrícula efetuada e os demais estão em fase de ajuste processual.

Na avaliação da advogada, o programa de ações afirmativas está correto, mas o critério utilizado, de estabelecimento de cotas para estudantes que tivessem cursado pelo menos sete anos em escolas públicas, gerou distorção. Ela cita casos de alunos do Colégio Militar e do Colégio da Aplicação. 'Ambas são instituições públicas, mas o ingresso se dá por sorteio, ou seja, o estudante não precisa ser necessariamente oriundo de uma família que não tem condições de, mais tarde, pagar um curso superior particular', observa. CORREIO DO POVO

### Ações e decisões judiciais sobre cotas na Ufrgs

A Ufrgs recorreu ao Superior Tribunal de Justiça da decisão da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) que garantiu vaga à vestibulanda que se julgou prejudicada pelo sistema de cotas. Foi a primeira derrota da Ufrgs em 2ª instância.

Com a decisão, a 4ª Turma do TRF confirmou liminar que permite matrícula da vestibulanda que obteve 39º lugar no concurso da Ufrgs para Psicologia. Ela não ingressou no curso, porque 12 das 40 vagas eram do sistema de cotas. A liminar foi baseada no fato de a candidata ter pontuação superior a de alguns aprovados pelas cotas, comprovar renda inferior a R\$ 1,9 mil e ter despesa para tratar problema de saúde. O pró-reitor de Graduação da Ufrgs, Carlos Alexandre Netto, revela que 88

vestibulandos entraram com recurso pedindo vaga. Todos questionam a reserva de 30% das vagas a candidatos oriundos de escola pública (metade do percentual é de quem, além de ter estudado na rede pública, se autodeclarou negro no ato de inscrição). Segundo ele, 18 ações foram negadas em 1ª instância; e, das 70 liminares concedidas a estudantes pela Justiça, a Ufrgs cassou 33. O professor alerta que os 37 aprovados no vestibular que ainda garantem suas vagas por liminar podem ter o vínculo suspenso a qualquer momento. 'Como a Ufrgs é uma instituição pública com autonomia e optou pela reserva de vagas, tem que recorrer, porque nossa decisão foi pela inclusão social.' Carlos Alexandre lembra que, para obter vaga pelas cotas, o candidato aprovado no vestibular precisa ter feito todo o Ensino Médio e pelo menos metade do Ensino Fundamental na rede pública. 'Avaliaremos essa política daqui a cinco anos. Um concurso é muito pouco para termos essa visão. Porém, se forem acumulados casos em que possamos ter clareza da necessidade de mudança, poderá ocorrer antes do prazo, mas não no próximo vestibular', afirma. CORREIO DO POVO

### [Entidades reivindicam apoio para categoria](#)

Brasília — A Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal do Brasil (Anfip) e demais entidades representativas das carreiras da fiscalização se reuniram com o senador José Sarney (PMDB/AP) para pedir apoio à campanha salarial dos auditores fiscais e a interferência do parlamentar para que seja atendido o pleito da categoria. Além de Sarney, as entidades já contataram, nas últimas semanas, o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, o presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, além de outros parlamentares, como os senadores Inácio Arruda (PC do B/CE), Aloízio Mercadante (PT/SP), João Pedro (PT/AM), Renato Casagrande (PSB/ES), Paulo Paim (PT/RS), e os deputados Dagoberto (PDT/MS), Paulinho da Força Sindical (PDT/SP), Walter Pinheiro (PT/BA), Chico Lopes (PC do B/CE), Eduardo Valverde (PT/RO), Paulo Rocha (PT/PA) e Jovair Arantes (PTB/GO).

A categoria está em greve desde 18 de março e o governo interrompeu as negociações até que os auditores voltem ao trabalho. Segundo Dulce Lima, do Conselho de Representantes da Anfip, a entidade aguarda o reajuste da categoria desde o ano passado e, em diversas ocasiões, ressaltou aos parlamentares a importância de se valorizar a carreira dos auditores fiscais. 'Exercemos função típica de Estado e atividades de fundamental relevância para o país e precisamos ser tratados com consideração neste momento de campanha salarial', disse ela.

Durante os encontros com parlamentares, a entidade também frisou que as negociações se arrastam há mais de nove meses e que o governo não apresentou, até o momento, nenhuma proposta oficial condizente com as responsabilidades das carreiras do fisco. 'Estamos sempre dispostos ao diálogo', disse Dulce. CORREIO DO POVO

### [Sindisaúde realiza hoje sua Festa do Trabalhador](#)

Para marcar o Dia Mundial do Trabalho, o Sindisaúde-RS realiza neste sábado a Festa do Dia do Trabalhador da Saúde. Trata-se de uma grande confraternização, que é destinada aos profissionais, a seus familiares e à direção do sindicato. A festa acontecerá o dia todo, na sede do Sesc Campestre (avenida Protásio Alves, 6220), em Porto Alegre. O evento contará com diversos shows, torneios esportivos, almoço e brincadeiras para as crianças. CORREIO DO POVO

MARCIO POCHMANN

Outro padrão civilizatório precisa ser constituído, o ser humano e o ambiente não podem ficar em 2º plano

★Atravessar a vida com o coração fechado é como fazer uma viagem no porão do navio (Alexander Lowen)

HÁ UM incontestado mal-estar no conjunto da sociedade humana. A dominante opção pela atual organização da economia transformou-se num dos principais constrangimentos ao avanço coletivo do bem-estar social. Nos dois últimos séculos, a organização econômica em torno da primazia do ter tornou-se materialmente insaciável tanto quanto os desejos subjetivos podem permitir. Assim, ganham relevância os limites gerados por decisões fundadas exclusivamente no progresso material.

De um lado, estão os limites da relação entre o crescimento e a desigualdade social.

Neste começo de século, percebe-se que só 25% da população concentra 75% da produção mundial, enquanto menos de 250 mil clãs de famílias (0,2% da população mundial) respondem por quase 50% da riqueza global. Por fim, cerca de 500 corporações transnacionais ameaçam dominar todos os setores de atividade econômica.

Parece nítida a desgovernança mundial ante a pequenez das atuais organizações multilaterais constituídas no segundo pós-guerra (ONU, Bird, FMI etc.) para tratar da diversidade de situações em que o gigantismo do poder econômico encontra-se cada vez mais concentrado e o peso da grande corporação transnacional supera a força de muitas nações. Em 2006, por exemplo, as três maiores empresas transnacionais do mundo registraram faturamento superior ao PIB brasileiro.

Na mesma marcha das concentrações da riqueza e do poder econômico, ressaltam-se os limites da relação entre crescimento e sustentabilidade ambiental. Na organização da economia para o ter, a tendência de destruir os recursos naturais como base do progresso material produz catástrofes observáveis, sem contar com aquelas já antecipadas pelos estudos sobre o aquecimento global.

Na toada atual, a Sibéria vira um pântano; e a Amazônia, uma savana. A continuidade da generalização do modelo de organização econômica dos países ricos não levará à homogênea universalização do bem-estar global.

Pelo contrário, conforme explicou Celso Furtado, a reprodução mimética do padrão de crescimento dos ricos entre as nações periféricas resulta na internalização aprofundada do subdesenvolvimento, com a necessária marginalização de parcelas crescentes da população para viabilizar o regozijo do consumo conspícuo de poucos.

Da mesma forma, a insustentabilidade ambiental pela atual organização econômica exige inexoravelmente a reconsideração da riqueza do ter. Enquanto nos países ricos o consumo material ao ano supera 70 toneladas per capita, nas nações pobres ele não alcança 30 toneladas. Vale lembrar que a produção de um barril de petróleo responde por três toneladas de dejetos, bem como a obtenção de 1 m<sup>3</sup> de madeira tende a equivaler a 3 m<sup>3</sup> de árvore perdida.

E a plantação de um hectare de soja pode resultar em até 20 toneladas de solo comprometido.

Outro padrão civilizatório precisa ser constituído no mundo. O ser humano e o ambiente não podem permanecer em segundo plano. A organização da economia deve ser o meio necessário para o atendimento do desenvolvimento humano sustentável, o que significa dizer que os bens não devem ser valorizados intrinsecamente, mas em conformidade com a sua capacidade de produzir o avanço do bem-estar de toda a humanidade com a menor agressão possível ao ambiente. Do contrário, prevalecerão as duas categorias básicas de homens a se manterem no porão do navio: os pobres excluídos da dignidade humana e os ricos condenados à solidão e à lógica da rivalidade.

MARCIO POCHMANN , professor licenciado do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas, é presidente do Ipea. FOLHA DE SP.

### 'Dinheiro fácil' do BNDES financia grandes grupos empresariais. Entrevista com Cláudio Haddad

Diretor do Banco Central (1980-1982) numa época em que o Brasil estava a léguas de distância do grau de investimento conquistado na semana passada, o economista Claudio Haddad, 61, acompanhou- sempre de uma posição privilegiada- a evolução do mercado de capitais do país. Foi sócio do banco Garantia e hoje é diretor-presidente do Ibmec (Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais), em São Paulo. Haddad diz, em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, 04-05-2008, que o grau de investimento é motivo de comemoração, mas que o Brasil ainda oferece muitos outros motivos para preocupação. Entre eles, o que chama de "dinheiro fácil" com que o BNDES financia grandes grupos empresariais.

Eis a entrevista.

O senhor criticou enfaticamente o crédito que o BNDES concedeu à Vale. Como vê o apoio para a reestruturação societária da Oi?

São companhias muito grandes, que têm todas as condições de se capitalizar no mercado. O valor patrimonial da Vale é de quase R\$ 300 bilhões. É uma empresa próspera, que gera caixa, bate recordes de exportação. Teria todas as condições de ir ao mercado e obter excelentes condições de financiamento.

Segundo a Vale, são recursos para investimentos.

Na verdade, é irrisória [a linha de crédito] para a Vale. Mas é muito dinheiro para o BNDES. Complica ainda mais se pensarmos que boa parte dos recursos do banco vem do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). São recursos que o trabalhador brasileiro está subsidiando. Aliás, se a Vale, com o tamanho que tem, precisa de subsídios do BNDES para tocar projetos, talvez sejam projetos que não precisem ser tocados.

E quanto à reestruturação societária da Oi?

O mercado está muito fácil, há liquidez para empresas brasileiras. Existe um amplo mercado de financiamento que os controladores da Oi poderiam buscar. É possível dar as garantias necessárias, tudo o que se exigiria para a operação.

Com o grau de investimento, as condições de obter crédito lá fora melhoram?

Mas as condições já estavam boas! Agora, ficarão melhores. Antes, havia inflação no Brasil, não havia mercado financeiro sólido, não havia financiamento de longo prazo. Mas hoje há várias alternativas no mercado interno e externo.

Há prejuízo para o mercado de capitais?

Sim. Uma das razões para que o mercado financeiro, historicamente, tenha se desenvolvido pouco no país foi a alternativa fácil de poupança oferecida pelos bancos oficiais. Ou seja, o dinheiro fácil do BNDES. O BNDES precisa incentivar o desenvolvimento, e não emprestar dinheiro barato a companhias que podem se financiar no mercado. É preciso romper com isso.

Por que não se rompe?

É um pouco a essência do que alguns chamam de política industrial. No fundo, é a escolha de setores e empresas favorecidas, as campeãs. Foi assim com a proteção ao setor de informática, nos anos 70, com o projeto nuclear. E o que resultou? Destruição de recursos. Se é um projeto socialmente relevante, ambientalmente relevante, que tem rentabilidade baixa, faz parte do papel do BNDES. Não é o caso da Vale ou da Oi.

No caso da Oi, o argumento é que o apoio à reestruturação será fundamental para a consolidação do setor, com a compra da Brasil Telecom.

O BNDES, que é um braço do governo, garante uma reestruturação societária que resultará numa operação de aquisição que ainda depende de uma mudança na lei!  
INSTITTO HUMANITAS

### [Investment grade. Uma maçã envenenada. Artigo de Cesar Benjamin](#)

"A economia brasileira não fez outra coisa, nas últimas décadas, a não ser adaptar-se aos ciclos do capital financeiro internacional", constata [Cesar Benjamin](#), editor da Contraponto, em artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo, 03-05-2008. Segundo ele, "o problema estrutural da economia brasileira é sua condição de "economia reflexa", que apenas se adapta a ciclos externos e, por isso, não constitui um projeto próprio de desenvolvimento". Assim, "a coligação rentista, que nos governa, está em festa: para a Standard & Poor's, somos "investment grade". Mais capital especulativo ficará disponível para operações de arbitragem". Para Cesar Benjamin, "recebemos de presente uma maçã envenenada. Uma herança maldita está a caminho".

Eis o artigo.

A economia brasileira não fez outra coisa, nas últimas décadas, a não ser adaptar-se aos ciclos do capital financeiro internacional. Na década de 1970, absorvemos, sob a forma de dívida, uma fração do excesso de liquidez provocado pelo acúmulo dos petrodólares. Na década de 1980, com o governo dos Estados Unidos enxugando essa liquidez, fomos convocados a remeter ao exterior um múltiplo do que havíamos recebido; iniciamos um longo período de crise. Na década de 1990, quando o sistema financeiro retornou a uma posição emprestadora, fomos chamados a renegociar a "dívida velha", para voltar a receber recursos novamente disponíveis. Graças a eles, durante vários anos, sustentamos déficits em transações correntes, o verdadeiro lastro do Plano Real. Uma nova crise cambial, alguns anos depois, mostrou como tudo era frágil.

O problema estrutural da economia brasileira é sua condição de "economia reflexa", que apenas se adapta a ciclos externos e, por isso, não constitui um projeto próprio de desenvolvimento. A expressão não é minha, mas de Eugênio Gudin, cunhada na década de 1950. Aprofundamos essa condição ao nos inserir no processo de globalização, principalmente, pelos fluxos financeiros, ao contrário das economias asiáticas, que privilegiaram a inserção pela produção e o comércio. Elas sempre selecionaram os investimentos que consideram desejáveis, aqueles que fortalecem as economias locais, e recusaram os indesejáveis, o endividamento irracional e predador, que prepara desequilíbrios e crises.

Nós nos atrelamos a capitais que mantêm conosco vínculos tênues, ligados a oportunidades de realizar bons negócios no curto prazo. Como o espaço de manobra desses capitais ultrapassa amplamente o espaço da sociedade nacional, perdemos a capacidade de controlar o nosso processo de desenvolvimento. A abertura financeira, iniciada por Collor e concluída por Lula, entregou a eles o nosso destino.

A primeira consequência é a fraca capacidade de nossa sociedade de disciplinar o impulso de acumulação de capital, compatibilizando-o com o equacionamento da questão social e o fortalecimento da soberania nacional, em bases economicamente sustentáveis. A segunda consequência é o aprofundamento da tendência a realizar ajustes passivos aos ciclos internacionais. A conjuntura favorável dos últimos anos -um gigantesco "choque externo positivo"- tem servido para legitimar essa opção.

A coligação rentista, que nos governa, está em festa: para a Standard & Poor's, somos "investment grade". Mais capital especulativo ficará disponível para operações de arbitragem. As empresas poderão tomar mais recursos lá fora, a juros reais negativos, para aplicá-los nos papéis mais rentáveis do mundo, remunerados pelo Estado brasileiro.

Não importa em quanto aumentará o nosso passivo externo líquido -imenso, porém discreto, pois não contabilizado na forma de uma dívida tradicional. Não importa que, com uma nova rodada de apreciação cambial, aprofunde-se a tendência ao desequilíbrio em conta corrente e se consolide uma economia baseada em indústrias maquiadoras e na produção de commodities, as atividades mais adaptadas a esse ambiente. Não importa saber que uma reversão do ciclo internacional nos imporá altíssimo preço, como já impôs no passado. Essas são questões do futuro, um tempo em que os especuladores de hoje não estarão mais aqui.

Recebemos de presente uma maçã envenenada. Uma herança maldita está a caminho.  
INSTITUTO HUMANITAS

### Projeto cria seguro obrigatório para direitos trabalhistas

Bernardo Hélio

Barros afirma que as empresas fazem acordos mesmo sem necessidade.

O deputado Ricardo Barros (PP-PR) apresentou à Câmara o Projeto de Lei Complementar 274/08, que cria seguro obrigatório para empresas privadas, a fim de garantir o pagamento de indenizações relativas a direitos trabalhistas. A proposta altera o Decreto-Lei 73/66, que trata do Sistema Nacional de Seguros Privados.

O autor explica que muitas das ações trabalhistas movidas por empregados, ainda que improcedentes, acabam trazendo prejuízos às empresas em razão de acordos firmados entre as partes. Daí a necessidade de um seguro, explica. "Esses acordos são compreensivelmente incentivados por tribunais assoberbados. Mesmo arcando com relativo prejuízo, os empregadores os aceitam, na maioria das vezes, pela necessidade de se desvencilhar o mais rápido possível dessas situações, que os afastam das atividades fins de suas empresas", observa Barros.

Na opinião do deputado, o seguro será positivo não só para as empresas, mas também para os empregados, que também estariam mais garantidos quanto aos direitos trabalhistas que, eventualmente, tivessem de questionar na esfera judicial.

Tramitação

O projeto tem regime de [prioridade](#) e será votado em plenário, após análise das comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. AGENCIA CAMARA

### O desafio olímpico

Dia Mundial da Liberdade de Imprensa

A pouco mais de três meses da Olimpíada de Pequim, a China não vem cumprindo uma de suas principais promessas: aumentar a liberdade de imprensa no país.

Pelo nono ano consecutivo, os chineses lideram o desonroso ranking das 24 nações que aprisionam jornalistas, à frente de Cuba, Eritreia, Irã e Azerbaijão. Os dados são do Comitê para Proteção dos Jornalistas (CPJ) e foram divulgados pela Associação Mundial de Jornais (WAN, na sigla em inglês), que celebra hoje o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa.

Em 2001, a China assegurou ao Comitê Olímpico Internacional (COI) que garantiria "total liberdade para a mídia" até o início dos Jogos Olímpicos. O que se vê, porém, é algo bem diferente - às portas do evento, seus líderes continuam prendendo jornalistas e operando um amplo sistema de censura.

- A China e o COI têm a obrigação de cumprir as promessas feitas quando Pequim foi

selecionada como cidade-sede. Acender a chama olímpica em agosto, enquanto 29 jornalistas estão atrás das grades, seria zombar dos ideais dos Jogos - observa o diretor executivo do CPJ, Joel Simon.

Os recentes conflitos entre as autoridades chinesas e os separatistas tibetanos (veja quadro ao lado) expuseram ainda mais o problema crônico da liberdade de expressão na China, com protestos pelo mundo inteiro - inclusive, nas cidades por onde a tocha olímpica tem passado.

Mesmo sem Fidel, controle da mídia continua em Cuba

Outro destaque negativo fica por conta de uma tendência dos anos 2000: o aumento do número de prisões de jornalistas de internet. Os riscos da expansão do jornalismo online se tornaram evidentes na China. O país foi o que mais deteve blogueiros, editores e repórteres de veículos online - dos 29 presos, 18 trabalham na Web. No mundo, eles representaram, em 2007, 39% dos detidos. Ainda assim, metade dos presos são jornalistas de meios impressos.

Entre os motivos alegados para as prisões, o mais comum é "traição" contra o país, que na China levou 22 jornalistas para a cadeia por acusações como "incitar a subversão", por exemplo. Difamação, a segunda acusação mais freqüente, constitui 7% dos casos. Depois, aparecem insultos étnicos ou religiosos e violação de regras de censura.

Entre os detidos pelo governo chinês está Shi Tao, jornalista premiado que cumpre uma pena de 10 anos por enviar informações a um site estrangeiro, por e-mail, sobre a propaganda do regime comunista. O gigante da Web Yahoo! forneceu às autoridades chinesas as informações que levaram à prisão do profissional, em 2004.

Em Cuba, a ausência de Fidel Castro no dia-a-dia da política não resultou em uma reforma no tratamento da mídia. Assim, o país governado por seu irmão, Raúl, continua amargando o segundo lugar no ranking de prisões de jornalistas. Há 24 profissionais detidos. Em terceiro, está a Eritreia, com 14 profissionais detidos em prisões secretas. Dois países - Irã e Azerbaidjão - são novos na lista. As autoridades iranianas vêm enfrentando descontentamento e problemas econômicos, com os quais têm lidado aplicando punições mais duras para jornalistas. No total, 12 profissionais estão em cadeias no Irã. Um deles, Adnan Hassanpour, editor do semanário banido Aso, foi sentenciado à morte em janeiro por colocar em perigo a segurança nacional ao "se engajar em propaganda contra o Estado".

### [Planalto e centrais negociam Previdência](#)

Surpreendido pela aprovação de projetos que alteram regras de aposentadoria e salário mínimo, o governo se dispõe a discutir nos próximos dias acordo com entidades sindicais

Embora negue planos de mudança nas regras da Previdência, o governo Luiz Inácio Lula da Silva abriu um novo canal de negociação com as centrais sindicais.

Temendo o impacto econômico do fim do fator previdenciário e do aumento das aposentadorias pelo índice do salário mínimo, o Planalto autorizou o estudo de uma saída intermediária. Projetos de lei sobre esses dois temas já foram aprovados no Senado e agora tramitam na Câmara.

O interlocutor do governo na negociação é o ministro da Previdência, Luiz Marinho. Ex-sindicalista, ele conhece profundamente a pauta de reivindicações das centrais. Marinho reuniu em seu gabinete, há 10 dias, dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Força Sindical e da CGT-B. A intenção era sondar o grupo sobre a possibilidade de encontrar um meio-termo para as propostas.

No mês passado, o Senado aprovou dois projetos de lei do senador Paulo Paim (PT). À revelia da área técnica do ministério, um deles acaba com o fator previdenciário - criado

para desencorajar a aposentadoria precoce - e o outro determina a correção das aposentadorias pelo salário mínimo. Com os textos em mãos, Marinho foi direto:

- Se a Câmara aprovar, o presidente vai vetar.

Era a senha que os sindicalistas esperavam para dizer que se dispõem a negociar.

Surpreso com a rapidez na resposta, Marinho pediu licença para consultar o Planalto.

Até aquele momento, sua missão era apenas a de sondar os sindicalistas. Na terça-feira passada, Marinho telefonou para o presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical, João Batista Inocentini.

- Lula autorizou (a negociação). A partir da próxima semana, vamos marcar o encontro - informou o ministro.

Em uma semana, governo deve marcar novos contatos

Para as centrais, foi uma vitória. Havia mais de um ano os movimentos de aposentados tentavam, sem sucesso, convencer o ministério a estudar mudanças nessas áreas. No início de abril, quando os temas estavam em debate no Congresso, os sindicatos de aposentados foram alertados das dificuldades na aprovação das propostas. Os senadores argumentavam que até poderiam aprovar as medidas, mas não haveria fonte de recursos para arcar com o aumento de gastos. Para as entidades, no entanto, a aprovação dos projetos serviria como instrumento de barganha. Os senadores entenderam o recado.

- Aprovamos e forçamos o governo a negociar. Mais adiante, podemos chegar a um meio-termo - reconhece um senador da base governista.

Embora não tenha trabalhado para derrubar os projetos no Senado, assim que os textos chegaram à Câmara o Ministério da Previdência começou a se mobilizar. O secretário de Políticas de Previdência Social, Helmut Schwarzer, afirma que o fim do fator previdenciário desequilibra as contas da Previdência. Schwarzer cogita até mesmo um aumento nas alíquotas de contribuição.

- Temos de praticamente dobrar as alíquotas a fim de poder financiar somente uma das medidas que estão sendo discutidas - diz o secretário.

Os aposentados não confiam na aprovação dos projetos pela Câmara, e partidos da oposição já se declararam contrários às mudanças. O PSDB, por exemplo, anunciou que não vai apoiar a aprovação dos projetos de Paim. O fator previdenciário foi uma criação do governo Fernando Henrique Cardoso e é defendido até hoje como mecanismo de estabilidade do sistema.

Conscientes dessas resistências, na terça-feira sindicatos de aposentados ligados às centrais se reúnem em São Paulo. A expectativa é de que Marinho volte a telefonar para marcar o início da rodada de negociação para a próxima sexta-feira.

As propostas

Projeto de Lei 296/03

- Extingue o fator previdenciário. O fator é uma fórmula que inclui idade e expectativa de vida e foi criada para forçar o trabalhador a se aposentar mais tarde.

Projeto de Lei Complementar 42/08

- O projeto determina que o salário mínimo será corrigido anualmente conforme a inflação mais o PIB e estende às aposentadorias a mesma política salarial. ZERO HORA

### [Como será o pagamento da Lei Britto no Estado](#)

Em agosto, cerca de 170 mil servidores de pelo menos 27 categorias do Estado receberão a primeira das quatro parcelas referentes a reajustes salariais concedidos e não pagos pelo Executivo durante o governo Antônio Britto (1995-1998). A proposta elaborada pelo Executivo foi aprovada pela Assembléia Legislativa, no dia 23, por 50

votos a favor e nenhum contra.

### Empresários reagem a redução de horas

Representantes de setores empresariais do Estado reagiram à reivindicação das centrais sindicais, feita no 1º de Maio, quanto à redução da jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas. O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, apoiou a reivindicação, mas observou que será necessária negociação.

O presidente do Sistema Fecomércio no RS, Flávio Sabbadini, disse que o setor é contra a redução. 'Outros países já fizeram isso e não houve criação de mais postos. Vários estão voltando atrás.' O presidente do Sinduscon/RS, Carlos Alberto Aita, afirmou que, no atual momento da construção civil, a redução da jornada é desnecessária. Conforme ele, o setor segue em expansão e os contratos crescem. Segundo números da entidade, a construção civil vai gerar mais 30 mil postos nos próximos dois anos na região Metropolitana. Igual opinião contra a redução tem o vice-presidente da Associação do Aço, Sérgio Neumann. Estudo do Dieese aponta que a redução da jornada poderia gerar 2,3 milhões de novos postos. CORREIO DO POVO

### Assassinato retoma discussão

Crime reacende o debate para que oficiais de Justiça trabalhem armados

O assassinato do oficial de Justiça Juarez Preto, 47 anos, da Vara da Infância de Caxias do Sul, trouxe de volta o debate a respeito da permissão para que os profissionais da área trabalhem armados. O presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, deputado Marquinho Lang (Dem), é autor da proposição que concede o porte de arma aos Oficiais de Justiça gaúchos. O projeto de lei 37/2008 está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ – e aguarda parecer do relator, deputado Márcio Biolchi (PMDB). Lang propôs este projeto a pedido da Associação dos Oficiais de Justiça do Rio Grande do Sul (Abojeris) e o Sindicato dos Servidores da Justiça do RS (Sindjus-RS). 'Nada mais justo que os oficiais também tenham porte de armas, pois estão em constante risco', afirma Lang. Em âmbito federal, a mesma proposição chegou a ser apresentada pela ex-deputada Edna Macedo (PTB), em 2005, mas está parado no Senado para apreciação.

O deputado Marquinho Lang lamentou a morte do oficial. 'Devemos dar mais condições de segurança aos servidores do Judiciário. Uma das formas é conceder o porte de armas', destacou o parlamentar. O oficial foi morto quando entregava uma intimação num bairro de Caxias, quarta-feira à noite. A Polícia prendeu o acusado numa praia catarinense, divisa com o Rio Grande do Sul, na sexta-feira.

As agressões aos oficiais de Justiça são muitas, relembra a diretoria da Abojeris. Em Caxias do Sul, no ano passado, um associado recebeu em casa um pacote de explosivos. Em Porto Alegre, o presidente de um sindicato de servidores públicos enviou uma cobra para um oficial de Justiça. O caso mais conhecido, entretanto, foi o de Márcio Veras Vidor, que em 2000 virou nome do largo que fica em frente ao prédio do Fórum Central, na capital. Vidor foi ferido com três tiros ao entregar uma ordem de despejo no bairro Menino Deus, na Capital, em maio de 1998, e morreu dias depois em consequência dos ferimentos. Antes de morrer, ele perdoou seu assassino, fato que emocionou a comunidade, familiares e amigos. A placa com a inscrição: rua Márcio L. Veras Vidor – 'Oficial de Justiça assassinado no exercício de suas funções', foi descerrada, no dia 12 de junho de 2000, pelos filhos Bruno e Maurício.

O autor do projeto de lei que deu nome à rua foi o vereador Juarez Pinheiro. O então presidente do Tribunal de Justiça, Luiz Felipe Vasques de Magalhães, prestigiou a

homenagem, junto com colegas e amigos do morto e autoridades. CORREIO DO POVO

### EUA cortam menos postos de trabalho que o previsto

Em abril, mercado perdeu 20 mil vagas, mas previsão era de pelo menos 80 mil. Economia norte-americana voltou a surpreender no mês passado; cortes ficam bem abaixo do que analistas esperavam.

#### DA REDAÇÃO

A economia americana voltou a surpreender, e o mercado de trabalho do país cortou 20 mil vagas no mês passado, número muito abaixo da previsão dos analistas, que esperavam redução similar à de março -quando foram eliminados 81 mil postos. Já o índice de desemprego, que leva em consideração outros dados, caiu 0,1 ponto percentual, para 5%.

Os dados de abril representam o quarto mês consecutivo em que foram eliminados postos de trabalho nos EUA (260 mil cortes até o momento), mas foi uma redução significativamente menor se comparada aos primeiros meses do ano -na casa de 80 mil por mês.

A recuperação, no entanto, ficou concentrada em alguns setores, como serviços de educação e saúde e serviços técnicos e profissionais (categoria ampla, que inclui advogados, consultores e designers de sistemas de computação, entre outros). Essas duas categorias criaram 76,8 mil vagas em abril.

Já o varejo e a construção (setor em que a crise teve início, com as hipotecas de alto risco, conhecidas como "subprime") voltaram a aprofundar os cortes. Juntos, eles perderam quase 88 mil postos de trabalho, 13 mil a mais do que em março. Só a construção eliminou 61 mil vagas, o décimo mês seguido de cortes e a maior redução desde fevereiro de 2007.

A indústria, que acumula reduções há quase dois anos, voltou a ter perdas expressivas no mês passado, mas foram um pouco inferiores às de março: de 48 mil para 46 mil vagas.

Um setor que surpreendeu foi o financeiro, que, após oito meses seguidos de cortes, registrou 3.000 novos postos de trabalho. A categoria foi uma das mais afetadas depois que a crise no mercado imobiliário se espalhou para bancos e para corretoras.

Apesar de o corte ter sido menor que o esperado e de os números do PIB do primeiro trimestre mostrarem que a economia americana continua se expandindo, ainda que em ritmo lento (crescimento de 0,6%), economistas continuam preocupados com a possibilidade de recessão.

"A questão é que você não precisa perder o seu emprego para ser submetido a uma recessão", disse Jared Bernstein, economista do Instituto de Política Econômica, em Washington. "Compreensivelmente, damos mais atenção às dispensas e às perdas de emprego, mas a maior parte mantém seus empregos em uma recessão. As pessoas que continuam em seus postos estão perdendo espaço tanto em termos de horas como de salários."

Segundo o relatório do Departamento de Comércio, a média de horas trabalhadas semanalmente caiu de 33,8 para 33,7, sinal de que os trabalhadores estão tendo mais dificuldades para encontrar trabalho de tempo integral. Já o valor pago por hora trabalhada teve alta de 0,1%, o que, ao lado da queda no número de horas, levou à maior queda no salário semanal em quase dois anos.

Nos últimos 12 meses, os salários semanais subiram 3,1%, ante inflação de 4% até março. Esse é um sinal preocupante, já que os trabalhadores terão dificuldades para manter seu ritmo de gastos.

Com o "New York Times" FOLHA DE SP

### [INSS facilita a contagem de tempo para a aposentadoria](#)

Períodos antes excluídos agora entrarão no cálculo

DO "AGORA"

O pedido de aposentadoria deve ficar menos penoso para os segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). A instrução normativa 27, editada pelo instituto e publicada ontem no "Diário Oficial" da União, estabelece diversas mudanças nos critérios para concessão da aposentadoria, como reconhecimento do trabalho de aprendiz e das férias e do auxílio-doença durante o período de trabalho especial (com agentes nocivos).

As mudanças seguem as decisões recorrentes da Justiça em favor dos segurados.

O segurado que foi aprendiz poderá usar o período de aprendizado profissional, anterior a 16 de dezembro de 1998, como tempo de contribuição. O INSS fixou a faixa de idade, entre 14 anos e 24 anos, para o reconhecimento da atividade de trabalhador aprendiz na aposentadoria.

No STF (Supremo Tribunal Federal), o INSS já havia perdido recursos de decisões em favor de segurados que pediam o reconhecimento do trabalho como aprendiz.

Foram feitas mudanças também nas regras para a contagem de tempo especial de contribuição. O segurado que trabalhou em condições insalubres pode incluir as férias e a licença-maternidade como período especial (que tem peso maior na contagem) no cálculo da aposentadoria.

O INSS passa a reconhecer, também para os segurados que trabalharam em condições especiais, que os períodos de recebimento de auxílio-doença sejam contados como especial, mesmo se o segurado passou todo esse tempo longe do trabalho.

De acordo com o Ministério da Previdência, o objetivo das alterações é reduzir o volume de processos contra o INSS. Por mês, são protocolados, em média, 130 mil ações contra o INSS na Justiça Federal.

A instrução normativa 27 funciona como uma espécie de "manual de orientação" que o servidor do INSS consultará se tiver dúvidas sobre a concessão de um benefício.

Outra mudança incluída na instrução é a validade das sentenças trabalhistas como prova de tempo de contribuição - para um período de até cinco anos antes da data da sentença trabalhista e com a comprovação de que o empregador fez as contribuições para a Previdência Social.

O INSS não aceitava a sentença da ação trabalhista como prova de vínculo previdenciário, mesmo se as contribuições estivessem em dia.

A Previdência vai reconhecer também a concessão de pensão para ex-mulher e o pagamento do saldo residual do benefício para os parentes, após a morte da pensionista. Antes, o valor que a pensionista deixou de sacar ficava parado no banco e era devolvido ao INSS. FOLHA DE SP

### [Tucano cobra projeto sobre imposto sindical](#)

Publicada em 02/05/2008 às 16h04m

Agência Senado

BRASÍLIA - O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou nesta sexta-feira que o governo não cumpriu a promessa de enviar até o final de março um projeto instituindo a contribuição sindical negociada. Esse projeto seria elaborado, lembrou Alvaro Dias, pelas lideranças do governo e as centrais sindicais após manutenção da contribuição sindical obrigatória pelo Congresso.

Na opinião do senador, a contribuição do trabalhador ao sindicato deve ser "espontânea, voluntária e não pode ser imposta". Ele disse que os sindicatos devem ter competência para convencer seus associados a pagarem essa contribuição. Se os trabalhadores pagam ou não, depende da competência de cada sindicato, disse Alvaro Dias.

- O imposto sindical implica prestação de contas. O presidente da República vetou esse item do projeto aprovado pelo Congresso, desobrigando as centrais sindicais e os sindicatos a prestarem contas dos recursos que manipulam, que são originários do pagamento do imposto sindical - declarou Alvaro Dias.

A lei que dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais foi sancionada pelo presidente Lula sem o artigo que obrigava as centrais sindicais e os sindicatos a prestarem contas ao Tribunal de Contas da União (TCU). O GLOBO

Governo impõe regras e limites para contratação de empresas

O Diário Oficial da União publicou ontem uma série de recomendações que passam a nortear a contratação de serviços terceirizados por parte de órgãos públicos. A [Instrução Normativa 2](#) estabelece novas regras que devem ser seguidas pela Administração federal direta, autarquias e fundações. De acordo com o Ministério do Planejamento, a intenção é dar equilíbrio às relações entre empresas e Estado.

Mais completa e objetiva, a lei introduz conceitos importantes que podem ajudar a União a minimizar problemas causados por empresas prestadoras de serviço. Aumentam o controle, a fiscalização e a capacidade do órgão de evitar danos financeiros. "É uma ferramenta que auxilia o gestor a fiscalizar melhor. Permite que ele acompanhe com segurança a execução do contrato", explicou Rogério Santana, secretário de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento.

O texto indica, por exemplo, as práticas que devem ser seguidas na pré-licitação, no planejamento e na definição dos serviços a serem contratados. Faz uma série de recomendações para aumentar a qualidade da licitação e esclarece o que deve ser evitado. A lei também define parâmetros para que os órgãos possam verificar se as propostas de preços são factíveis.

Em março, o Correio denunciou que prestadoras de serviço nas áreas de segurança e vigilância vencem licitações, funcionam por um determinado período e depois fecham as portas, deixando os trabalhadores no prejuízo.

Uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST), no entanto, assegura ao funcionário terceirizado a possibilidade de receber tudo o que é devido, inclusive salários atrasados e direitos funcionais. Pela norma, o tomador dos serviços, o Estado, responde de forma subsidiária pelo eventual não-pagamento das obrigações trabalhistas por parte do empregador direto, a empresa terceirizada.

O Sindiserviços, entidade que reúne trabalhadores desses segmentos, estima que, só no Executivo federal, 20 mil terceirizados atuem por meio de empresas de serviços gerais. O governo não sabe ao certo quanto gasta com os passivos trabalhistas, mas a Advocacia-Geral da União (AGU) lida atualmente com cerca de 5 mil ações do tipo. (Com CB e Planejamento)

Veja principais inovações da IN:

- Os serviços devem ser mensurados por resultados e não devem ser caracterizados como fornecimento de mão-de-obra;
- Serviços distintos devem ser licitados separadamente, com a celebração de contratos independentes;
- Só é possível agrupar serviços distintos em lotes (empregada de preço global) quando houver necessidade de inter-relação entre os serviços contratados, gerenciamento centralizado ou implicar vantagem para a Administração, justificadamente;
- É obrigatória a segregação das funções de executor e fiscalizador;

- Traz princípios e vedações para a contratação de terceirização.
- Traz regras sobre a contratação de cooperativas ou organizações sociais;
- Regulamenta a pré-contratação (planejamento e construção do Projeto Básico e do Edital), a licitação (julgamento das propostas) e a pós-contratação (reapetição, fiscalização e transição contratual);
- Regulamenta o Acordo de Níveis de Serviços, como forma de verificação dos resultados para o pagamento;
- Traz critérios para a verificação da exequibilidade das propostas de preços;
- Apresenta novas produtividades de referência para o serviço de limpeza e conservação (600 m<sup>2</sup> - área interna e 1200 m<sup>2</sup> - área extern
- Traz orientações para a fiscalização contratual. SITE DO DIAP